

**Inflação na casa dos 10% ao ano, salários e benefícios hiper archoados, omissão dos reitores...
Até quando vamos aceitar essa situação?**

Fórum das Seis indica dia de paralisação e ato na USP em 4/10. Queremos reuniões do GT salarial e sobre o retorno presencial

Em agosto/2021, o comprometimento das liberações financeiras das universidades estaduais paulistas com folha de pagamento caiu ainda mais: na média, ficou em 71,3%, o menor índice desde o advento da autonomia, em 1989. O número diminui mês a mês. Da mesma forma, o poder aquisitivo dos salários, já archoados pela quase inexistente reposição inflacionária desde 2014, agora cai em ritmo acelerado, com a inflação já muito próxima dos 10%, considerando os últimos 12 meses (9,68%, segundo o IPCA medido pelo IBGE).

Quem vai ao mercado, paga a conta de luz ou de água, sabe bem o que isso significa na vida das famílias.

Já o caixa das universidades vai muito bem, obrigado! A previsão inicial da Secretaria da Fazenda para a Quota-Parte do Estado (QPE) da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2021 era de R\$ 118 bilhões. A expectativa, agora, é que esse número seja superado, e muito, para algo entre R\$ 132 e R\$ 135 bilhões. Como os recursos para as universidades estaduais derivam do ICMS (9,57% da QPE), trata-se de uma ótima notícia. Em agosto, a arrecadação do ICMS-QPE foi de R\$ 11,906 bilhões, R\$ 887,646 milhões superior à previsão mensal da Secretaria da Fazenda, com base em uma arrecadação anual de R\$ 132 bilhões. As reservas das universidades – o famoso “colchão” – devem chegar ao final do ano mais robustas que nunca.

Enquanto fazem caixa, os reitores apoiam-se em suas interpretações particulares da Lei Complementar (LC) 173/2021, com as quais os sindicatos divergem, para dizer que estão impedidos de negociar qualquer coisa este ano. Foi esta a alegação utilizada por eles nas duas únicas reuniões de negociação da data-base 2021.

Os reitores concordaram apenas em criar um grupo de trabalho entre as partes para formular alternativas para um plano de recuperação de perdas salariais e para um plano de valorização dos níveis iniciais das carreiras. Realizaram uma única reunião do GT, prometeram retomá-lo ainda em julho... e nada! Não honraram a palavra empenhada e, desde então, não respondem aos ofícios do Fórum das Seis. É esse o diálogo democrático que sinalizaram às entidades?

O que estão esperando? Chegar em janeiro de 2022 e serem surpreendidos com algum decreto do governador João Doria, candidatíssimo ao Planalto, que confisque os caixas das

universidades e proíba reajustes por mais algum longo período?

Rodada de assembleias até 29/9 para discutir e deliberar sobre:

➔ Realização de um dia de luta em 4/10, com paralisação nas unidades e ato público presencial na USP, às 10h (com a adoção de todas as medidas de proteção sanitária), para cobrar do reitor Vahan Agopyan, atual presidente do Cruesp, imediato agendamento de reunião do GT salarial e reunião do Fórum das Seis com o Cruesp para debater o retorno presencial seguro. A expectativa é que as entidades representativas da USP levem um bom número de participantes, enquanto as da Unesp e da Unicamp compareçam com delegações representativas.

O Fórum volta a se reunir no dia 30/9 para avaliar o retorno das assembleias de base e preparar as atividades de 4/10.

**CHEGA DE ARROCHO SALARIAL!
CRUESP, RESPEITE A COMUNIDADE
UNIVERSITÁRIA!
REUNIÕES, JÁ!**

Já se passaram quase 70 DIAS desde a última reunião com o Cruesp, em 15/7/2021!

**Cadê a reunião do GT salarial?
Cadê a reunião para debater o retorno presencial?**

O Cruesp concordou em constituir um GT para tratar da recuperação das perdas e da valorização dos níveis iniciais das carreiras. **Realizou uma única reunião e nada mais!** As entidades representativas também querem debater os parâmetros gerais do retorno presencial seguro. **Cadê o diálogo democrático, senhores reitores?**

FORUM das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Pressão e divergências adiam votação da PEC 32. Hora de aumentar a mobilização!

Nos últimos dias, a reação do funcionalismo público, que protagonizou manifestações virtuais e presenciais em todo o país, e o acirramento de divergências na base parlamentar que apoia a reforma administrativa levaram a seguidos adiamentos da tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC) 32.

Atendendo ao chamado de suas entidades representativas, servidoras/es públicas/os participaram de tuitos, enviaram mensagens e fizeram visitas a deputadas e deputados federais em suas regiões, assistiram a *lives* e debates, estiveram em atos virtuais e presenciais. A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades que compõem o Fórum das Seis, enviou uma delegação a Brasília, que tem percorrido gabinetes, dado entrevistas e feito manifestações no Congresso.

Como está a tramitação

O projeto enviado por Bolsonaro&Guedes ao Congresso encontra-se na Comissão Especial da Câmara, à espera da votação do substitutivo do relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA). Inicialmente prevista para 16/9, a votação foi adiada seguidas vezes, à espera do desenrolar das negociações de bastidores. A intenção de Maia é apresentar novo relatório ainda esta semana, que se encerra em 24/9.

Mesmo as negociações com a “bancada da bala” não foram suficientes para dar segurança ao governo, ao presidente da Câmara e ao relator do projeto a ponto de colocarem o relatório em votação. Em entrevista à imprensa, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (Progressistas-AL), reconhece que adiou a votação da reforma administrativa por insegurança quanto ao placar. Nos corredores do Congresso, a informação é que o governo teme não alcançar os 308 votos necessários à aprovação da PEC 32 em plenário. O cenário no Senado, para onde iria a PEC, se aprovada na Câmara, também é incerto para os defensores da reforma; Bolsonaro&Guedes ainda se ressentem da derrota durante a votação da MP 1.045 (a “carteira verde amarela”).

“Um tema como esse, num momento de tanta instabilidade política e



Manifestação em Brasília, em 14/9
(Fotos: Midia Ninja)

muitas arrumações que precisam ser feitas, não é fácil de tramitar. São categorias que se organizam há muitos anos, com sindicatos fortes e que pressionam parlamentares em seus estados”, declarou Lira (*Correio Braziliense*, 16/9/2021).

Substitutivo mantém retrocessos

Segundo análise feita pelo Departamento Intersindical de Estatísticas

e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o substitutivo do deputado Arthur Maia amplia as chances de demissão ao incluir a possibilidade de desligar servidores estáveis que ocupam cargos tidos como “obsoletos”, implementa um rito acelerado em casos de demissão por desempenho insuficiente e regulamenta o contrato temporário, reduzindo a perspectiva de realização de novos concursos.

Aumentar a pressão nas ruas, nas redes e no Congresso

A um ano das eleições de 2022, o recado aos parlamentares é um só: quem votar contra os direitos do povo brasileiro, não volta.

Acesse <https://napressao.org.br/campanha/nao-a-reforma-administrativa> e pressione as/os deputadas/os.



Base governista tenta votar PLC 26, a minirreforma de Doria

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades que compõem o Fórum das Seis, realizou um ato presencial na Assembleia Legislativa, na tarde de 21/9, para pressionar as/os deputadas/as estaduais a rejeitarem o projeto de lei complementar (PLC) 26, encaminhado pelo governador João Doria em 5/8, em regime de urgência.

Com todos os cuidados sanitários, as/os representantes sindicais presentes ocuparam as imediações da Alesp, enquanto o projeto era colocado em discussão no plenário. A informação era que o presidente da casa, deputado Carlão Pignatari (PSDB-SP), pretendia votá-lo no mesmo dia. A pressão do funcionalismo estadual, que culminou com a realização do ato, e a ação da bancada de oposição na Alesp conseguiram obstruir o processo. A discussão deve ser retomada na próxima semana.



Manifestação na Alesp, em 21/9 (Foto: Grupo Frente Paulista)

Confisco de aposentados e pensionistas: Funcionalismo amplia pressão pelo PDL 22

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público continua mobilizando pela aprovação do PDL 22/2020 e dos demais projetos que propõem a revogação da cobrança extra sobre os aposentados e pensionistas estatutários do estado.

Como o Fórum das Seis vem divulgando, logo após a aprovação da reforma da Previdência, em março de 2020, a pretexto de uma não comprovada crise fiscal e sem qualquer estudo atuarial, o governador Doria baixou o Decreto nº 65.021, determinando uma drástica elevação na contribuição de aposentados e pensionistas em plena pandemia.

O projeto de decreto legislativo (PDL) 22/2020, de autoria do deputado Carlos Giannazi, chegou a ter regime de urgência aprovado e entrou na pauta do plenário da Assembleia Legislativa (Alesp) para votação em 16/12/2020. No entanto, manobras da base governista impediram que fosse votado. A luta agora é para que volte ao plenário e seja aprovado.

Atualmente, o PDL 22 encontra-se na Comissão de Administração, de onde seguirá para a Comissão de Finanças, para finalmente entrar em votação.

Entidades de servidoras/es da ativa e aposentadas/os organizam atividades virtuais e já realizaram atos presenciais na Alesp. O último tuitaço ocorreu em 21/9 e teve 48.200 tuítes (#VoteAlespPDL22). Fique atenta/o à divulgação por sua entidade e participe!

Vamos revogar o decreto de Doria!

Contra o confisco de aposentados e pensionistas!

O PLC 26 vem sendo considerado uma minirreforma administrativa em São Paulo. Na tentativa de superar o governo Bolsonaro, Doria quer aprovar alguns ataques antecipados ao funcionalismo paulista. O projeto visa confiscar alguns direitos e criar critérios rígidos para o usufruto de outros, como:

- Retira a correção anual pelo IPC do adicional de insalubridade;
- Revoga a falta abonada;
- Revoga o pagamento do adicional de insalubridade durante a licença-prêmio;
- Estabelece critérios muito rígidos para a concessão do abono de permanência, que ficará condicionado ao pagamento por 12 meses;
- Revoga o pagamento das licenças-prêmio na aposentadoria e falecimento.

Fique atenta/o às informações de sua entidade e participe das atividades de mobilização contra o PLC 26!

